

## **ANEXO V**

**CONTRATO Nº 043/2020 FIRMADO COM A  
EMPRESA C. R. PEREIRA E O MUNICÍPIO DE  
TAPURAH QUE TEM COMO OBJETO SERVIÇOS DE  
CARPINTARIA PARA REFORMA E RECONSTRUÇÃO  
DE PONTES**



### PROCESSO ADMINISTRATIVO 071.2020

### CONTRATO Nº043/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT E A EMPRESA **C.R PEREIRA EIRELI ME**.

O **MUNICÍPIO DE TAPURAH**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 24.772.253/0001-41, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 125, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada Prefeita Municipal em exercício, Sra. **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI**, portadora do R.G. nº 1010993 SSP/SC e inscrita no CPF nº 945.275.631-49, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **C.R PEREIRA EIRELI ME**, CNPJ 23.112.910/0001-61, localizada na Rodovia MT 010 KM 01, Tapurah/MT, representada pela Sra. Cristiana Rodrigues Pereira, portadora do RG 20853645 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 034.106.267-82, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, com fulcro na Lei do Pregão nº10.520 de 17 de julho de 2.002 e subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterada pelas Leis nºs. 8.883/94 e 9.648/98 e de acordo com o que consta no Procedimento Pregão Presencial nº049/2019-Registro de Preços, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1.0-CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

**1.1.** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de reparos e manutenção de pontes de madeira município de Tapurah-MT, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme descrito abaixo:

ITEM	COD. SIST.	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UND FORN.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	54155	00011347	SERVICO DE CARPINTARIA -METRO PRESTACAO DE SERVICO DE TROCAR LINEAR RODADO (LIMPEZA)		480	R\$ 67,00	R\$ 32.160,00
02	54156	00011348	SERVICO DE CARPINTARIA -METRO PRESTACAO DE SERVICO DE BATELINEAR ESTACA		570	R\$ 69,00	R\$ 39.330,00
03	54157	0001248	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO METRO SUBSTITUICAO DE PRANCHA DE LINEAR MADEIRA EMPONTES E BUEIROS		510	R\$ 81,00	R\$ 41.310,00
04	54158	0001250	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO UND SUBSTITUICAO DE CAIXA DE ATERRO EM PONTES DE MADEIRA		9	R\$ 854,00	R\$ 7.686,00
05	54159	0001246	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO METRO COLOCACAO/SUBSTITUICAO DE LINEAR SOBRE-VIGA DE MADEIRA EM PONTES E BUEIROS		270	R\$ 72,00	R\$ 19.440,00
06	54160	0001253	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO METRO SUBSTITUICAO/COLOCACAO DE LINEAR GUARDA RODAS EM PONTE DE		210	R\$ 76,00	R\$ 15.960,00



# TAPURAH

## PREFEITURA

			MADEIRA				
07	54161	0001247	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO METRO COLOCACAO/SUBSTITUICAO DELINEAR VIGA DE MADEIRA EM PONTES E BUEIROS	375	R\$ 72,00	R\$ 27.000,00	
08	54162	00011346	SERVICO DE CARPINTARIA - METRO PRESTACAO DE SERVICO DE TROCAR LINEAR PRANCHAS, RODADO, BAT PNEU, VIGAS, CANGA, PILAR, X PEIA, CACHAO DE ATERRO, FLEXAL, GUARDA MAO E BALANCA. (LIMPEZA)	540	R\$ 84,00	R\$ 45.360,00	
09	51163	00011839	SERVICO DE CARPINTARIA - DO TIPO METRO REPARO DA ESTRUTURA, (traveseiro), LINEAR em ponte de madeira	180	R\$ 84,00	R\$ 15.120,00	
VALOR TOTAL R\$ 243.366,00							

**1.2.** O fornecimento do objeto deste Contrato obedecerá ao estipulado no instrumento licitatório, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

**1.3.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Presencial nº049/2019-Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã -MT. e seus anexos, à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

**2.1.** O valor global deste Contrato é de R\$243.366,00 (duzentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta e seis reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**3.1.** A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art.54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

**3.2.** A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, conforme Portaria nº293/2020/GP/PMT, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduza responsabilidade da CONTRATADA.

**3.3.** Os serviços deverão ser executados imediatamente após emissão da NAD (nota de autorização de despesa), com tolerância máxima de 24 (vinte e quatro) horas, em locais a serem definidos pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

### CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

**4.1.** O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, e havendo interesse mútuo, conforme o inciso II, do art.57, da Lei nº 8666/93.



### **CLÁUSULA QUINTA –DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;
- 5.2** Serão por conta da empresa contratada. Os equipamentos deverão estar em dia com o plano de manutenção preventiva a fim de evitar paralisações nos serviços indicados;
- 5.3** A contratada deverá fornecer todos os materiais, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários para a execução do serviço. Todos os materiais utilizados deverão ser comprovadamente de boa qualidade;
- 5.4** As despesas com combustível, funcionários, alimentação, encargos trabalhistas, danos a terceiros, manutenção preventiva e corretiva (filtros, óleos lubrificantes, graxas, lâmpadas e reparos que eventualmente sejam ocasionados por operação inadequada e/ou falha de operação) serão de responsabilidade da empresa vencedora;
- 5.5** Os serviços serão executados em qualquer dia e horário, podendo ser dias úteis, finais de semana e feriados;
- 5.6** Os serviços serão executados nos locais indicados pela Secretaria de Infraestrutura e Obras;
- 5.7** Cabe à Contratada a responsabilidade civil/ou criminal, a remuneração por danos causados a integridade física, moral ou patrimonial de terceiros. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento;
- 5.8** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.9** Os serviços deverão ser administrados por um responsável técnico. Eventuais problemas técnicos durante a execução dos serviços deverão ser solucionados pelo responsável técnico da contratada e submetidos à aprovação da fiscalização;
- 5.10** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do objeto ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
- 5.11** Fiscalizar o perfeito cumprimento na entrega dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;
- 5.12** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;
- 5.13** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

**5.14** A falta de quaisquer dos serviços que compete ao presente contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas.

**5.15** Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos.

**5.16** Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados;

**5.17** Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;

**5.18** Comunicar ao Prefeitura Municipal de Tapurah - MT, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.

**5.19** Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;

**5.20** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vales-transportes, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

**5.21** Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços;

**5.22** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

**6.1.** Todo e qualquer dano que causar ao município ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo fiscal do contrato;

**6.2.** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**6.3.** Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Tapurah por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

**6.4.** A CONTRATADA autoriza o Município de Tapurah, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe



forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**6.5.** A ausência ou omissão da fiscalização do fiscal do contrato não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

### **CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do fornecimento do objeto deste Contrato, inclusive, quando necessário, permitir o livre acesso dos responsáveis do fornecedor às dependências da Prefeitura, desde que devidamente identificados;

**7.2.** A Prefeitura deverá emitir Ordem de Fornecimento, que deverá constar as seguintes informações:

- Descrição do objeto a ser adquirido;
- Quantidade;
- Valor unitário;
- Valor total.

**7.3.** Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos no presente contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**8.1-**O fornecedor ou licitante que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, estará sujeito às seguintes sanções previstas na Lei Municipal Nº1.267/2019 de 03 de setembro de 2019, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### **8.2 Da multa moratória**

**8.2.1** A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor, pela autoridade competente prevista no §2º do art. 14 da lei municipal nº 1.267/2019, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, como cláusula penal moratória, nos termos do art. 86 da lei 8666/93, e será aplicada nos seguintes percentuais:

a) 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, por descumprimento do prazo de entrega ou execução dos serviços;

**8.2.2** A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, mediante quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente.

**8.2.3** O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

**8.2.4** Em despacho, com fundamentação sumária, o atraso poderá ser relevado desde este não ultrapasse 05 (cinco) dias contados da notificação do fiscal de contrato, nos termos do § 1º da lei municipal nº 1.267/2019.



### **8.3 Das Espécies de Sanções**

**8.3.1** O fornecedor ou licitante que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantido o contraditório e a ampla defesa, está sujeito às seguintes sanções nos termos do art. 20 da lei municipal nº 1.267/2019:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal.

### **8.4 Da Advertência**

**8.4.1** Aviso por escrito emitido ao fornecedor pela inexecução total ou parcial do contrato e será expedida pela autoridade disposta no §4º do artigo 14 da lei municipal nº 1.267/2019, nos casos de descumprimento de obrigação em fase de execução contratual.

### **8.5 Da Multa**

**8.5.1** Sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor, pela autoridade competente prevista no §4º do art. 14 da lei municipal nº 1.267/2019, quando por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, causar prejuízos a Administração Municipal, será aplicada nos seguintes percentuais, sem prejuízo da sanção prevista no art. 19 da lei municipal nº 1.267/2019:

- a) 30% (trinta por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho;
- b) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, quando pela inexecução total do contrato.

**8.5.2** A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, observada a seguinte ordem:

- a) mediante quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente.
- b) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- c) mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

**8.5.3.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.





**8.5.4** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 20 da lei municipal nº 1.267/2019 e observado o princípio da proporcionalidade.

**8.5.5** Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma da letra “b” do item **8.5.1** deste contrato.

### **8.6 Da Suspensão**

**8.6.1** Sanção imposta ao fornecedor, impedindo-o temporariamente de participar de licitações e de contratar com o Município de Tapurah, será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 02 (dois) anos.

### **8.7 Da Declaração de Inidoneidade**

**8.7.1** Penalidade administrativa decorrente de irregularidade praticada pelo fornecedor, com fundamento legal constante na Lei 8.666/93, e, será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo, à vista dos motivos informados na instrução processual.

a) A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

b) A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso TCE-MT.

### **8.8 Do Impedimento de licitar com fundamento da Lei Federal nº 10.520/2002 – Pregão**

**8.8.1** Penalidade imposta ao fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo único. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Municípios e, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

### **8.9 Da Sujeição a Perdas e Danos**





**8.9.1** A aplicação individual ou cumulada das sanções previstas no art. 20 da lei municipal nº 1.267/2019 não exclui ou atenua a responsabilidade do fornecedor por perdas e danos.

### **8.10 Da atualização dos débitos**

**8.10.1.** Os débitos oriundos da aplicação das sanções de multa moratória e multa compensatório não pagos nos prazos estipulados, serão acrescidos de juros e multa de mora.

**8.10.2.** Os créditos da Fazenda Municipal, quando não pagos no vencimento, terão o seu valor atualizado pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**8.10.3** Os Créditos, quando não pagos nos prazos, além da atualização monetária prevista no item **8.10.2** e dos juros de mora fixados no item **8.10.4** deste edital, ficarão acrescidos de multa de mora da seguinte forma:

- a) até 30 (trinta) dias de atraso: 5% (cinco por cento);
- b) até 60 (sessenta) dias: 10% (dez por cento);
- c) até 90 (noventa) dias: 15% (quinze por cento);
- d) mais de 90 dias: 20% (vinte por cento).

**8.10.4.** Os créditos não pagos no prazo fixado, além da multa moratória prevista no item 08.10.3, sofrerão incidência de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta lei, contados da data do inadimplemento e calculados até a data do pagamento, considerando-se:

- a) mês, o período iniciado no dia 1º e findo no respectivo dia útil;
- b) fração, qualquer período de tempo inferior a um mês, ainda que igual a um dia.

**8.10.5** A mora prevista no parágrafo segundo incidirá a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento do débito.

**8.10.6** A falta de comprovação do pagamento importará em inscrição do débito em Dívida Ativa Não Tributária, nos termos dos artigos 82 a 84 da lei municipal nº 1.267/2019.

### **CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**9.** O Contratante reserva-se o direito de fiscalizar os produtos/serviços licitados, podendo para isso;

**9.1.** Designar servidor para esse fim, representando o CONTRATANTE,

**9.1.2.** Ordenar a imediata paralisação, bem como a substituição dos produtos da Contratada;

**9.1.3.** Sustar os pagamentos no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do Contrato;

**9.2.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

**10.** As despesas decorrentes, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS  
(463) 04.001.26.782.0207.20088.3390390000.0330000000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.** Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta licitação, o Município de Tapurah pagará o preço correspondente à quantia solicitada, mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor do produto fornecido;

**11.1.** A Contratante efetuará o pagamento à Contratada, mediante Ordem Bancária, em até 20(vinte) dias, após o protocolo da respectiva nota fiscal no setor de protocolo da prefeitura, que deverá ser processada em 02 (duas) vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização deste instrumento.

**11.2.** O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.8.666/93.

**11.3.** A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação.

**11.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à empresa a ser contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

**11.5.** Para a Prefeitura Municipal atestar as notas fiscais apresentadas e encaminhá-las para pagamento, estas deverão conter as seguintes especificações:

- a) A data de emissão da nota fiscal, o CNPJ da Prefeitura;
- b) O valor unitário e total de acordo com o contrato celebrado;
- c) Quantidade e especificação do objeto executado;
- d) O número da conta bancária da empresa, nome do banco e respectiva agência.

**11.6.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal com a discriminação dos produtos executados, e comprovar sua adimplência com a seguridade social (CND/INSS), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS e a regularidade perante a Fazenda Municipal por meio da certidão municipal.

**11.7.** A Prefeitura só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante, o necessário ATESTO, comprovando que os mesmos atendem todas as especificações exigidas no referido Edital.

**11.8.** É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no respectivo contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

De título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

**11.9.** Para efeito de pagamento, a Prefeitura procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis ao objeto desta licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**

**12.1.** No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

**12.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado;

**12.3.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**13.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas ao edital do Pregão Presencial nº049/2019-Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã -MT.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**14.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos nº 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

**14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.** A rescisão do Contrato poderá ser:

**14.3.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30(trinta) dias;

**14.3.2.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termos no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

**14.3.3.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA VINCULAÇÃO DO EDITAL**

**15.** Este Contrato ficará vinculado ao edital do Pregão e seus anexos e à proposta vencedora, do Pregão Presencial nº049/2019-Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT., independentemente de transcrição.

### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

**16.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro de Tapurah/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes: CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Tapurah MT, 17 de julho de 2020.

Maria Lucia Bedin Martelli  
Prefeita Municipal em Exercício  
**CONTRATANTE**

Cristiana Rodrigues Pereira  
C. R. PEREIRA EIRELI ME  
**CONTRATADA**

Eduardo Costa Galvão  
PORTARIA Nº 293/2020/GP/PMT  
**FISCAL DO CONTRATO**

### **TESTEMUNHAS:**

NOME:

NOME:

RG:

RG: